

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Próteses de raça e próteses contra a raça: a produção de vida no assentamento Arizona/RN e os limites da racialização

Murilo de Oliveira Carvalho, Camila Penna de Castro

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.17830>

Submetido em: 2026-09-01

Postado em: 2026-09-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

PRÓTESES DE RAÇA E PRÓTESES CONTRA A RAÇA: A PRODUÇÃO DE VIDA NO ASSENTAMENTO ARIZONA/RN E OS LIMITES DA RACIALIZAÇÃO

Murilo de Oliveira Carvalho

<https://orcid.org/0009-0001-6004-9215>

[<dissertacaoagrimurilo@gmail.com>](mailto:dissertacaoagrimurilo@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

Camila Penna de Castro

<https://orcid.org/0000-0001-5579-1653>

[<camilapennac@gmail.com>](mailto:camilapennac@gmail.com)

Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

RESUMO: A partir da revisão dos resultados da dissertação de mestrado sobre os quintais produtivos do assentamento Arizona, no município de São Miguel do Gostoso/RN, é perceptível que as materialidades se transformam junto dos processos de sucateamento, violência e luta por dignidade e respeito. Neste artigo propomos que a relação das mulheres negras do Arizona com a materialidade aponta para compreensão da raça como uma prótese “discursiva-biológica-espacial”: construída discursivamente, grudada na biologia humana, produtora do espaço e passiva de “desprostetificação”. Na luta cotidiana pela vida, a inventividade técnica das mulheres e as pedagogias que elas apreendem com as experiências de violência se misturam, transformando a migração em permanência através da prostetificação de árvores frutíferas nos quintais; a sede se transforma em fartura através da prostetificação das geladeiras-reservatório-de-água e das calhas; e a solidão em solidariedade entre as mulheres, sobretudo das idosas, por meio da produção alimentar no quintal. Nessa relação protética entre corpo-objeto-território a raça parece se tornar, mesmo que momentaneamente, obsoleta.

Palavras-chave: próteses, mulheres negras, assentamento rural, Rio Grande do Norte; materialidade.

Racial prosthesis and anti-racist prosthesis: the production of life in the Arizona/RN settlement and the limits of racialization

ABSTRACT: Based on a review of the results of a master's thesis on the productive backyards of the Arizona settlement in the municipality of São Miguel do Gostoso/RN, it is clear that material aspects are transformed alongside processes of disrepair, violence, and the struggle for dignity and respect. In this article, we propose that the relationship of Black women in Arizona with materiality points to an understanding of race as a "discursive-biological-spatial" prosthesis: discursively constructed, attached to human biology, a producer of space, and subject to "de-prosthetization." In the daily struggle for life, the women's technical inventiveness and the pedagogies they learn from experiences of violence intertwine, transforming migration into permanence through the prosthetization of fruit trees in the backyards; thirst is transformed into abundance through the prosthetization of refrigerator-water reservoirs and gutters; and loneliness into solidarity among

women, especially the elderly, through food production in the backyard. In this prosthetic relationship between body-object-territory, race seems to become, even if only momentarily, obsolete.

Keywords: prosthesis, black women, rural settlement, Rio Grande do Norte, materiality.

INTRODUÇÃO

O presente artigo rompe e continua com os resultados da pesquisa de mestrado realizada junto com as mulheres negras (junção de pretas e pardas) majoritariamente idosas do assentamento rural Arizona, localizado entre os municípios de Touros e São Miguel do Gostoso, na Zona da Mata potiguar. A pesquisa discorreu sobre como a raça e o racismo influenciavam na produção dos quintais produtivos, um dos sistemas agroalimentares que vêm se popularizando cada vez mais na literatura de agroecologia e nas políticas públicas para agricultura familiar (Silva; Silva, 2022). Naquele trabalho chegou-se à conclusão de que a relação das mulheres negras com os objetos é de inseparabilidade entre humana-objeto e que quando a mulher ou o objeto é violentada/sucateada, a outra sente.

A relação das mulheres negras com as cisternas, com as geladeiras-reservatórios-de-água, com as pias instaladas nos quintais, com as sementes transgênicas e crioulas e com os parques eólicos recusa uma percepção de pureza racial e inação dos objetos e aponta para uma percepção da raça como prótese, já que o “dentro” (biológico) e o “fora” (objetos-território) estão embaralhados na experiência vivida das mulheres negras assentadas. Os territórios e suas materialidades não estão isentos da racialização e, muitas vezes, são utilizados como agentes raciais no lugar do corpo humano, paralelamente, a espécie humana não está isenta da objetificação, reproduzindo e inspirando-se na agência dos objetos. A criação e transformação dos objetos e das “gambiarras” podem ser compreendidos como a materialização de embates ontológicos.

No presente artigo nos perguntamos: a noção de “prótese” pode contribuir para a compreensão dos processos de naturalização e desnaturalização da raça no território? Tal pergunta foi desenvolvida levando em consideração que na experiência de vida das agricultoras do Arizona a separação cartesiana entre “humano” e “natureza” não faz sentido, desta forma, a produção de si e a (re)produção de objetos e “gambiarras” são perpassados pelos mesmos fluxos ontológicos dos quais a raça faz parte: território-corpo-objeto-território.

Se a raça é capaz de naturalizar um nariz largo e achatado como características “de Negra”; naturalizar territórios como “improdutivos e subdesenvolvidos”; tornar o piano símbolo de “cultura” e o atabaque em sinônimo de “cadeia” e fazer com que algumas pessoas vivam mais e outras menos, então será que a raça não é uma prótese: uma construção-social-discursiva-biologizante-espacial perpassada pela circulação e essencialização dos objetos?

A forma como a raça coloniza a relação corpo-objeto-território das mulheres negras do assentamento Arizona me desafiou a procurar na literatura existente um debate que abarcasse a dimensão material, biológica e territorial das “construções sociais”. Tal debate eu encontrei parcialmente na filosofia do sexo de Paul Preciado e no seu conceito de prótese de gênero. Embora a “prótese de gênero” de Paul Preciado seja o conceito central do trabalho, a dimensão territorial da raça está articulada à noção de Técnica do geógrafo Milton Santos.

Neste artigo eu proponho uma revisão de parte da pesquisa de campo incorporando a noção de prótese que deriva das reflexões que surgiram após a defesa do trabalho. Não me arrependo das análises da dissertação, mas agora, com a ajuda da Prótese de Raça eu posso resolver algumas intrigas e mágoas que tive no verão passado com os termos “humana e natureza”, “natureza e tecnologia”, “humana e não-humana”.

METODOLOGIA

A pesquisa de campo que resultou na dissertação de mestrado “Nas entranhas da terra: quintais produtivos cultivados por mulheres negras do Arizona/RN” foi realizada no segundo semestre de 2023 com dez mulheres agricultoras autodeclaradas negras do assentamento rural de Reforma Agrária Arizona, localizado entre os municípios de São Miguel do Gostoso e Touros, na Zona da Mata potiguar. sobre os seus quintais produtivos.

Para resguardar as mulheres de possíveis represálias, optou-se por substituir o nome delas por nome de flores: Antúrio, 59 anos; Dália, 35 anos; Orquídea, 36 anos; Tulipa, 50 e 10, +2 anos (ela se referiu assim à sua idade); Lírio, 34 anos; Margarida, 73 anos; Violeta, 77 anos; Girassol, 58 anos; Rosa, 70 anos; e Magnólia, 60 anos.

A pesquisa tinha como foco saber como a interseccionalidade entre gênero-raça-classe-território interage com as dimensões dos quintais produtivos (segurança

alimentar, agrobiodiversidade e experimentação e adaptação) cultivados por agricultoras do Rio Grande do Norte. Para atingir tal objetivo foram realizadas entrevistas face a face (Barbot, 2015) a partir da elaboração de três questionários, um fechado e estruturado replicando o questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA, contendo oito perguntas sobre a alimentação das mulheres e outros dois semi-estruturados, o primeiro sobre a condição socioeconômica, a estrutura do lar e a trajetória e organização política das mulheres, contendo trinta perguntas e o segundo referente ao quintal e às experiências raciais e de gênero, contendo trinta e uma perguntas. Os dois questionários semi-estruturados foram baseados no questionário da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, principalmente no que diz respeito à estrutura das casas e a condição socioeconômica das famílias.

O pesquisador ficou uma semana hospedado na casa de Magnólia para a realização da pesquisa. Ela é uma das referências políticas do assentamento, pois desde o período de ocupação do território em 1996 ela está engajada em angariar políticas e melhores condições de vida para o assentamento.

Os questionários foram aplicados mais como “roteiros de conversa” do que questionário propriamente dito. As conversas aconteceram onde as mulheres escolheram, variando entre a cozinha do quintal e o alpendre. Cada conversa durou cerca de uma hora e meia e foi gravada para fins de análises e transcrições posteriores.

Para fazer a análise dos dados foi realizada uma Análise de Conteúdo - AC (Colbari, 2014), que consiste em reorganizar os dados adquiridos através de novas categorias com a finalidade de encontrar resultados constantes, temas transversais e temas ocultos e ausentes. Dito isso, através da AC foi possível analisar a segurança alimentar, agrobiodiversidade e experimentação e adaptação à luz da interseccionalidade entre gênero-raça-classe-território, bem como identificar outras categorias e temáticas que emergem dessas dimensões dos quintais produtivos.

A pesquisa foi submetida e aprovada no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte sob o parecer de número 6.606.348. As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e o Termo de autorização para gravação de voz e/ou registro de imagens (fotos e/ou vídeos).

1. DA PRÓTESE DE GÊNERO À PRÓTESE DE RAÇA

1.1. A prótese de gênero e a nossa concepção de *H*/humano

Para fugir do construtivismo e do essencialismo, Paul Preciado opta por analisar o gênero como uma prótese, cunhando o conceito Prótese de Gênero (Preciado, 2022). De um lado as construtivistas defendem que o gênero é uma construção social, de outro, as essencialistas dizem que o gênero é intrínseco, “natural”. Indo na contramão de ambos os pensamentos,

O gênero, principal produto das noções de sexo masculino e feminino, é uma invenção que “gruda” em partes específicas das biologias humanas: a vagina, o pênis, a barba, as mamas e até o gogó. Para o filósofo Paul Preciado o fato do gênero grudar em partes do corpo biológico mas também ser replicado através de peitos de silicone, pintos de borracha e testosterona faz dele uma prótese.

Preciado toma como referência o significado grego da palavra “organon” que significa “instrumento que auxilia as atividades humanas”. O filósofo recusa-se acreditar que organon se refere à “órgão”, para ele a melhor tradução de organon é “prótese”. O autor propõe uma ampliação do que consideramos “órgãos humanos”, pois parte da existência humana é gerida por e através dos objetos (próteses). Preciado concordaria, por exemplo, que os celulares se tornaram órgãos humanos, mas o que faz do celular uma prótese é a possibilidade de desnaturalizá-lo como órgão, assim como as pernas e braços mecânicos dos soldados no entreguerras e o silicone industrial.

Em Preciado, tanto o telescópio, o óculos e o telefone quanto os gêneros “homem” e “mulher” são próteses: instrumentos que auxiliam as atividades humanas. Se considerarmos que a idade média europeia e a escravidão negra tiveram no controle do útero um dos principais pilares do patriarcado e do capitalismo, não teremos dúvida de que os gêneros servem para auxiliar parte das atividades humanas.

A palavra prótese foi resgatada do latim no período colonial, aproximadamente em 1553 pelo cirurgião francês Ambrósio Paré, a fim de designar a reconstrução do corpo com um membro artificial. A palavra também era usada para se referir à complementação de palavras. No período colonial tinha-se a concepção de que o homem Branco, o Humano com “H” maiúsculo, era o detentor da tecnologia e tinha o direito/dever de “domar” a natureza, incluindo a terra, as mulheres (Brancas!) e os seres racializados (negras, indígenas e animais-não humanos).

O Humano com “H” maiúsculo que Preciado se refere é longamente estudado pela filósofa Sylver Wynter, para a autora, tanto o *Humano*, quanto a própria ideia de “*Humanidade*”, que achamos ser “única” e “universal”, é uma farsa que foi criada pelo homem-moderno-burguês para

dominar territórios e transformar lugares e sujeitos em mercadorias. No pensamento de Wynter, o homem europeu enquanto “gênero masculino” se anexou à ideia de “*Humanidade*” (Wynter, 2003).

O homem europeu que Wynter se refere é o homem cristão medieval, mais especificamente o clérigo e o monarca, não os vassalos, os pagãos ou as “bruxas” (Wynter, 2003; Federici, 2017). A autora percebe que não há rupturas de projeto de realidade entre os projetos de religiosidade ([homem]clérigo e monarca), racionalidade (homem(cristão)-moderno) e desenvolvimento econômico (homem(cristão)-moderno-burguês), ela vê acumulação e metamorfose.

Na passagem da “idade das trevas (controle do modo de vida pela Igreja Católica Apostólica Romana)” para o Iluminismo (era da ciência), Deus não perdeu status algum, ele apenas foi realocado de função pelo homem-moderno: de *Deus-Criador* ele passou a ser o *Deus-Pai*. O pai que deu a ciência, o gênero masculino, o Estado, a cidade urbana e “as selvas” para serem re-criados pelo homem(cristão)-moderno(-secularizado)burguês (Wynter, 2003). A autora defende que a coexistência de diferentes tempos históricos na composição ontológico do homem moderno burguês tornou os homens brancos ricos da atualidade em humanos “biocêntricos”: que só reconhece como humano aqueles que são “sua imagem e semelhança” (outros homens brancos ricos), mas se aproveitam do caráter genérico dos termos “*Humano* e *Humanidade*” para violentar aqueles que não são como eles.

Neste artigo, ao mencionar a palavra *Humano* e *Humanidade* com “*H*” maiúsculo estarei me referindo aos homens-brancos-cisgêneros-heteronormativos-burgueses naturalizados em espaços e posições de poder de decisão política. Em alguns momentos, algumas palavras também estarão itálicas e com suas iniciais em maiúsculo, enunciando a relação íntima entre o *Humano* e algumas *Materialidades*. Ao mencionar humano com “h” minúsculo estarei me referindo de forma genérica à espécie humana por falta de palavra melhor.

Voltemos às próteses: A invenção do viagra, dos hormônios como mercadorias farmacológicas e dos silícones e dos pintos de borracha retiraram do gênero o status de “natural”, inclusive do masculino! A partir do momento que invenções se materializam, elas ganham vida própria e muitas vezes se deslocam de sua intenção e agência iniciais.

Com a criação de múltiplos dildos ao longo da história política-econômica, o homem branco que era naturalmente superior vai sendo questionado pelas próteses, inclusive, hoje em dia, o “maranhão”, o “pinto de borracha” ou o “golfinho amigo” — outros nomes para os dildos — dão

medo no homem-branco-cisgênero-heteronormativo-burguês. Essa relação combativa do homem branco com o dildo prova que o maranhão ganha vida ao produzir sentimentos, desejos e sentidos nos humanos, por isso Preciado recorre à dialética de Marx para compreender o embate “Dildos X Humano”. Imagine a quantidade de disparos neurais de raiva um patriarca bilionário latifundiário poderia ter se descobrisse que um golfinho de silicone dá mais no couro do que ele?! Quem é *H/humano*? Quem é objeto? Quem é natural? Quem é artificial? O dildo não é mero objeto na cama sendo dominado pelas humanas, ele é uma prótese de gênero: uma técnica materializada que ganha vida, escapando de uma concepção construtivista e essencialista do Ser e da Matéria.

Pelo gênero ser protetificado em partes biológicas do corpo, as próteses de gênero são objetos generificados que ao invés de só imitar o gênero protetificado na biologia, podem recriar outras formas de existir: mulheres transsexuais e travestis que colocam *silicone* para se distanciar do gênero masculino protetificado no seu tórax desde a infância; o sexo ente gays cisgêneros, que mesmo com seus pênis humanos optam pelo *pinto de borracha* como prótese de prazer; homens transsexuais que tomam a *testosterona* para produzir o homem ou modificar, mesmo que minimamente, os seus traços biológicos onde está protetificado a “natureza feminina”. Tais objetos questionam materialmente (1) a hipervalorização do falo, (2) o que é ser homem, (3) o que é ser mulher, (4) o que é um corpo e (5) o que é um corpo naturalmente natural. Em outros termos, Paul Preciado tenta mostrar como as técnicas de poder quando em contato com diferentes formas de ser e existir podem se converter em políticas sexuais de r-existência.

A aposta de Paul Preciado na relação sexual e nos dildos para combater o gênero influenciaram a minha aposta na agricultura e nas cisternas, por exemplo, para combater a raça e a colonização do assentamento rural pelo *Humano*.

1.2. Humanos: um bixo naturalmente artificial e artificialmente natural

Embora a Prótese de Gênero tenha sido minha inspiração central para compreender a raça como uma prótese, acredito que para captar as contradições de conceber a raça enquanto uma prótese, a concepção de técnica do Milton Santos possa ser mais eficaz que a de Michel Foucault. Além disso, enquanto Preciado está preocupado com a desnaturalização do gênero através de práticas sexuais radicais, eu estou preocupado com o duplo movimento: naturalização e desnaturalização da raça através da produção agrícola, por isso recorrer à geografia crítica é importante para este trabalho.

Milton Santos foi contra a literatura das Ciências Humanas hegemônicas ao defender que a “técnica” *não é uma característica exclusiva da modernidade industrial, ela é inerente à natureza dos homosapiens* (Santos, 1996). Como técnica Milton Santos compreende “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida” (p. 25), ou seja, as formas, estratégias e invenções dos homosapiens para produzir sua existência no espaço geográfico. Essa inventividade técnica é formulada e reformulada pelas mudanças geopolíticas, econômicas, sistêmicas, climáticas e existenciais. A técnica para Milton Santos é contraditória, metamórfica, política, combativa e também, mas nem sempre, uma forma de poder. É ela que está entre os humanos e a instalação de objetos no espaço. Em Santos, a naturalização de um objeto concreto acontece através da intensa mistura e/ou acolhimento de um objeto no espaço, tornando o objeto “natural”.

Que técnicas foram/são necessárias para que o espaço acolha e naturalize os africanos e seus descendentes da diáspora como naturalmente escravos e, posteriormente à abolição, naturalmente pobres?

Se em Santos (1996) a produção técnica aparece como “natureza humana”, na clínica das efemeridades da Castiel Vitorino Brasileiro (2021), a transfiguração e a mudança aparecem como “natureza planetária”, cabível a todas as espécies animais. Brasileiro defende que a “transição de gênero” só existe nesta sociedade porque nós possuímos noções rígidas e opressivas de gênero, pois transfigurar, “mudar” o corpo e a si mesmo é uma característica comum à nossa espécie que se tornou um problema na sociedade colonial-capitalista. Transicionar nada mais é que um desejo e uma produção comum da espécie humana.

Em Sylvia Wynter a linguagem é a biologização da cultura e a culturalização da biologia e isso nos torna animais naturalmente híbridos (Wynter, 2001). Nós substituímos “sinais diretivos” (sons e gestos puramente orgânicos) por um código humano inscrito na palavra ou no logos sagrado da religião. O “verbo” surgiu como um novo código humano governante. Com a linguagem poderia ser dito “o que fazer” e “como fazer”. Com isso os humanos se tornam artificialmente semelhantes e, por meio da socialização tornam-se sujeitos clonados, pois participam “da mesma ordem de consciência simbólica” (Wynter, 2001, p.47). A autora mostra que a biologização do idioma do Colonizador a partir do século XIV é a prova que a raça é capaz de transformar-nos biologicamente, já que parte de nós é construída artificialmente.

Na mesma direção, Sodré (2017) vai defender que o ser humano não é um animal naturalmente “completo”. Para sustentar sua proposição, Sodré explica que os povos iorubás

possuem a *diátese média*: uma forma de pensar-agir sobre si que não parte necessariamente da palavra ou da individualidade, mas através da espacialidade comunitária, ética e existencialmente localizada. Em suma, “trata-se da recusa de separação absoluta entre o dentro [o corpo] e o fora [o mundo]” (Sodré, 2017, p. 92). Nas palavras de Sodré (2017, p. 95): “Tecnologia, se aqui for cabível esta palavra, é algo voltado para dentro, não para fora”.

A transfiguração, o hibridismo e a tecnologias como “naturezas humanas” deixa nítido a dependência natural dos seres humanos ao mundo exterior ao corpo, incluindo aí os objetos, mas além disso nos desafia a pensar em como a raça (e o gênero) continua existindo como “essência” se a natureza humana é “auto-cobaia” (Coelho, 2015).

A noção de técnica de Milton Santos como um elemento “natural-artificial” quando fundido à Prótese de Gênero de Paul Preciado, nos possibilita compreender que para um objeto se protetificar e virar órgão humano é necessário um conjunto de técnicas. Dito isso, para compreender como a raça se protetificou no corpo africano e europeu, é necessário dois movimentos: o retorno ao início da escravidão moderna e o reconhecimento das técnicas que (re)produzem e naturalizam a racialidade.

Da mesma forma que Preciado mira no *Humano* para mostrar que ele pode perder uma batalha ontológica para o dildo, eu iniciarei a próxima seção explicitando que, se a transfiguração, a hibridez e a tecnologia são naturezas humanas, significa que os homens brancos do poder também são “auto-cobaia”, por isso, a próxima seção será iniciada com a apresentação e identificação das próteses de raça branca e depois das próteses de raça negra.

2. A RAÇA COMO PRÓTESE E AS PRÓTESES DE RAÇA

2.1. O branco como prótese e as próteses de raça branca

Quando Kant (2001) escreveu que a “razão pura” poderia materializar um mundo completamente diferente do que já existia, ele estava dizendo: Nós Brancos, os únicos portadores de uma consciência pura, livre de emoção e animalismo, vamos produzir uma realidade material “totalmente” nova e superior a esta que presenciamos até agora. Kant provoca uma inversão na “natureza humana”, transformando o espaço geográfico em mero complemento do “dentro” (da mente racional), não mais o contrário, como nos mostrou Sodré (2017) e Santos (1996). Se para o restante do planeta o território era necessário para completar a existência biológica, com Kant é o

corpo biológico “naturalmente natural e superior” do homem europeu que vai completar o planeta. O mundo se tornou um quadro pronto para ser pintado. Sendo assim, Kant cai numa contradição tremenda, pois a materialidade que será produzida (a capitalista) não estará pura, mas sim suja pela racialidade branca. A criação do “Branco” e da “Negra” pelo europeu produziu a raça “Branca” como matéria viva e com poder tirânico de produção de realidade material. Podemos dizer que a descoberta/invenção da racionalidade como forma de explorar o cérebro e produzir realidade é uma das primeiras próteses de raça branca. Dom João III, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela, os *Humanos* que governavam Portugal e Espanha no início da escravização negra objetificaram a si mesmos para criar a racialidade.

É neste momento que a raça passa a colonizar a produção técnica, a tecnologia e a transfiguração, características comuns da espécie humana. Se a técnica é “um conjunto de *meios* instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza a sua vida” (Santos, 1996, p. 25), podemos dizer que a racionalidade foi criada para ser a prótese do *Homem Branco* utilizada como “*meio-racializado-para*” a construção do universo material do capitalismo.

Para Hegel (2014), o escravo está entre o “senhor” e a “coisa”, por exemplo, a “Negra” está entre o senhor de engenho e a plantação de cana de açúcar. Todavia o que escapou do autor é que entre o europeu e o corpo africano recém-enegrecido havia a racialização branca do europeu. A máscara branca de Fanon é a prótese que está entre o Europeu-moderno-burguês e o planeta. Dito isso, se Hegel está certo que o escravo é um “meio-para”, o próprio Kant mostra que o senhor também é! O senhor pode ser um “meio-racializado-para” produzir realidade material hegemônica, “naturalmente” predatória.

A diferença do que chamo de “meio-racializado-para” em relação à concepção de “escravo como meio” de Hegel, é que por estar embasado em Milton Santos, compreendo que a técnica e a produção técnica são absorvidas pelo território, agenciando relações e produzindo sentido. A Negra enquanto “meio-racializado-para” não só cria o espaço e manipula objetos por ordem do senhor, ela também formula sentido espacial que é absorvido pelo território e passa a compor a arquitetura da pobreza econômica brasileira. A técnica não tem um fim em si mesma e nem mesmo é “pura”, como parece ser em Hegel. Transformar humanos em “mercadorias que trabalham” criou um “arsenal técnico-pedagógico de racialidade” que depende dos objetos e do território para se concretizar.

Por conta da separação que Descartes fez entre tempo e espaço e humano e natureza, a terra e agricultura foram duas das primeiras matérias a serem catalisadas pela racialização (Silva, 2019). Para Nêgo Bispo, um dos primeiros “efeitos” da separação cartesiana foi a invenção da cerâmica, ela foi criada “porque os humanos não podem pisar a terra. Os calçados foram criados porque os humanos não podem pisar a terra. Porque a terra é o anseio original” (Bispo, 2023, p. 8).

A materialização dos talheres e das “boas maneiras” — a etiqueta — na França do século XV (Federici, 2017) era as boas-vindas para novo regime de consciência que estava por vir, e nele havia embutido um sujeito: o Cristão-moderno-burguês-religiosamente-secular.

Nesse ínterim, a propriedade privada capitalista, colocada goela à baixo como a forma legítima de se morar no capitalismo e de acumular riqueza capitalista, o próprio dinheiro transformado em capital e o surgimento paralelo dos bancos (Marx, 2011), são algumas das primeiras próteses de raça branca que surgiram após a experimentação dos europeus com a racionalidade. Comumente nós dizemos que “para atingir um rico nós precisamos mexer onde *dói*: no *bolsó*”. Dizer que mexer no dinheiro faz uma pessoa sentir dor significa que o dinheiro é um órgão; uma prótese.

Dito isso as primeiras próteses de raça branca são: a *racionalidade* como “meio-racializado-para” pensar-agir-territorializar; a *cerâmica* e os *sapatos* como “meios-racializados-para” pisar; os *talheres* e a *etiqueta* como “meios-racializados-para” se alimentar e se educar o corpo; e a *propriedade privada capitalista* como “meio-racializado-para” morar e o *capital* como “meio-racializado-para” circular matérias e acumular poder na sociedade capitalista. Posteriormente, a *industrialização* e a *burocracia* vão se juntar às próteses de raça branca que serão fundamentais para o capitalismo e para o Estado-Nação se consolidarem como o império do normal.

O sujeito proteticamente “embranquecido” não só vai materializar-se pelo espaço, como vai se camuflar nas matérias. Na verdade, o Humano achou na prótese uma forma de violentar sem ser identificado, de estender a colonialidade pelo território sem ser chamado de racista, fazendo com que algumas matérias pareçam “naturais” no espaço. Esses Humanos são chamados de latifundiários, empresários, banqueiros, gerentes, engenheiros, filósofos, arquitetos, pastores, professores, físicos, coachs, presidentes, prefeitos e por aí vai.

Para o homem-branco-moderno-burguês ser acolhido e naturalizado no espaço geográfico como “materialidade normal” ele precisou das *técnicas racializantes* e dos africanos como “órgãos externos”, como prótese de raça branca. A raça negra, portanto, é uma prótese de raça branca, pois é uma criação das elites econômicas e religiosas da península ibérica, influenciadas pela dominação racial, sexual e de classe árabe (Gonzalez, 2020) para enriquecer os *Humanos* recém-embranquecidos.

2.2. E quando um humano é a prótese de outro Humano?: a “Negra” como prótese, as próteses de raça negra e as técnicas racializantes

A ideia de “esquema-histórico-racial” de Frantz Fanon estudado por Sylvia Wynter nos permite rastrear as técnicas que produziram a raça negra materialmente. O esquema-histórico-racial é o momento em que a raça foi criada, isto é, o início da escravidão moderna.

Agora seria a categoria dos negros, definida como compreendendo todos os povos de ascendência hereditária africana, sejam eles não misturados ou misturados, juntamente com seu continente de origem da África, que seriam *discursivamente construídos* como o *referente físico* da concepção do Outro Humano do Homem. Portanto, seria nos termos deste esquema e constelação histórico-cultural específicos que uma “*maldição corpórea*” seria colocada sobre todos os povos de ascendência hereditária africana, como o aparentemente não evoluído desselecionado e, portanto, “racialmente inferior” Outro (Pandian, 1988) ao verdadeiro humano, o Homem, é feito para reocupar a forma agora puramente secularizada da matriz do Eu Cristão Inverdadeiro (Pandian, 1985: 3-9) (Wynter, 2001, p.44).

Se em Preciado (2022) o gênero vai se protetificar na vagina, nas mamas e no pênis para se naturalizar, na prótese de raça texturas de cabelo, formatos de nariz e tons de pele é onde a raça vai se naturalizar, compondo o esquema-histórico-racial e se tornando o “referencial físico” do que é e do que não é *Humano*.

A “maldição corpórea” da qual falam Fanon e Wynter é onde está a reprodução das técnicas racializantes que produzem a raça para além do enegrecimento da fisiologia. Aparentemente, quando a sujeita se torna “Negra”, que é o marco inicial do esquema-histórico-racial, é quando “maldições corpóreas” que são presentes na vida das Negras até hoje começaram a se materializar: *o patriarcado e os gêneros europeus (homem e mulher), o trabalho exaustivo, a migração forçada, adoecimento psíquico-corporal, violência física e sexual, ausência de individualidade, fome, sede e morte*. Em suma, tais maldições corpóreas são técnicas racializantes que, constantemente, são utilizadas para (re)produzir a Negra como verdade biológica e como “trabalhadora natural” e não-remunerada do capitalismo.

Se há uma “maldição corpórea” que persegue a Negra aonde ela estiver, há seu contraponto, uma “benção corpórea” que persegue os Brancos, principalmente os homens e principalmente os

ricos que, através das *técnicas racializantes* seguem colonizando outros modos de vida existentes no planeta em função da *benção corpórea* do desenvolvimento econômico.

Seria a Negra, proteticamente enegrecida, um produto tecnológico de trabalho versátil para o capitalismo e para a sociedade brasileira? Para Achille Mbembe, sim:

O substantivo “negro” é, além disso, o nome que se dá ao produto resultante do processo pelo qual as pessoas de origem africana são *transformadas* em mineral vivo de onde se extrai o metal. Essa é sua dupla dimensão *metamórfica* e econômica. Se, sob a escravidão, a África era o lugar privilegiado de extração desse mineral, a plantação no Novo Mundo, pelo contrário, é o lugar de sua fundição e a Europa o lugar da sua conversão fiduciária. Essa passagem do homem-mineral ao homem-metal e do homem-metal ao “homem-moeda” foi uma dimensão estruturante do primeiro capitalismo” (Mbembe, 2018, p.60).

A dimensão do Negro enquanto metamórfico e mineral enrijece e coloniza a relação corpo-objeto-território, transformando-o em corpo-cobaia de outrem. Na literatura de raça encontramos o estadunidense W.E.B. Du Bois com um *véu* racial que recobre toda a realidade estadunidense após a abolição da escravidão (Du Bois, 2022); vemos a *máscara* branca do martinicano Frantz Fanon como fruto da relação psicológica das pessoas negras com o colonialismo e o imperialismo; encontramos a estadunidense Angela Davis escrevendo que a mulher negra é a *muleta* do capitalismo (Davis, 2016); encontramos o martinicano-francês Malcom Ferdinand dizendo que o primeiro esterco para adubar as plantations do Haiti foi o *esterco* negro, entendido por ele como um corpo-fertilizante (Ferdinand, 2022); encontramos no piauiense Clóvis Moura (1988) o termo *semovente*, que é um objeto que pode ser movimentado por si próprio ou por força alheia. Para Moura, o escravo Negro foi mais que semovente: ele foi *instrumento* de produção, *força* produtiva e *mercadoria*. De certa forma, essa percepção de um humano como prótese de outro por conta da racialização já aparece em Sueli Carneiro (2023) quando ela denuncia que a manutenção da existência ontológica do Branco se fundamenta e *depende* da não-humanidade das Negras.

O lugar central que as “metáforas” exercem nos trabalhos intelectuais negros demonstra os diferentes usos da raça: como máscara, como fertilizante ou como muleta, confundindo as dicotomias tecnologia e natureza; humano e não humano; artificial e biológico; Ser e Coisa; Corpo e Espaço.

O “homem mineral” de Mbembe, que podemos considerar os/as primeiros/as homo sapiens proteticamente enegrecidos/as, estava extremamente adoecido fisicamente, faminto, sendo transportado “pra lá e pra cá”, entristecido/a e adoecido/a psicologicamente, como nos denunciam

os muitos suicídios nos navios negreiros antes mesmo que as pessoas Negras chegassem nas Américas para serem expropriados nas plantações (Moura, 1988; Kilomba, 2019; Spillers, 2022).

Ao iniciar um debate entorno dos primeiros anos da escravidão brasileira, Abdias do Nascimento (2016) afirma que: “a imediata exploração da nova terra se iniciou com o *simultâneo aparecimento* da raça negra, fertilizando o solo brasileiro com suas *lágrimas*, seu *sangue*, seu *suor* e seu martírio na escravidão” (p. 57). Esses três elementos biológicos — lágrima, sangue e suor — só se materializaram porque as humanas foram proteticamente racializadas.

Desde que a prótese natural-artificial da raça passou a fazer parte dos corpos enegrecidos no esquema-histórico-racial, a “maldição corpórea” têm nos acompanhado. Angela Davis tem uma frase que diz: “mulheres negras estão doentes e cansadas de estarem doentes e cansadas” (Davis, 2017). Desde quando as mulheres negras estão doentes e cansadas? Desde o chegar da prótese de raça: a escravidão e a economia capitalista de *plantation* (plantação).

Ao falar da espacialização da racionalidade europeia pelo território brasileiro, Clóvis Moura afirma que a iluminação à gás e o cabo submarino foram produzidos por *escravos* e *bondes* de extração *animal* (três não-humanos; três mercadorias; três objetos; três próteses).

A Negra foi criada para ser os braços, as pernas, os olhos, os ouvidos, os narizes e a força produtiva do homem Branco na extração de matérias primas e na construção de rodovias, ferrovias e edifícios. Se *organon* se refere à prótese e não à “órgão”, poderíamos dizer que a escravizada enegrecida foi o órgão fora do corpo biológico do Humano que completava sua existência “naturalmente” racional e superior. Enquanto os reis e os latifundiários dormiam e descansavam, as suas próteses biológicas-espaciais faziam o trabalho pesado, degradante e humilhante, isto é, o trabalho “desumano”.

Ao falar da chegada dos primeiros navios negreiros espanhóis na costa haitiana, Ferdinand (2022) frisa o extermínio dos conucos. Os conucos eram (e ainda são!) pequenas plantações matriarcais que garantiam não só a subsistência das etnias caribenhas, mas a conservação da agrobiodiversidade local e representava, de forma material, o modo de vida das comunidades. A materialização do patriarcado como técnica racializante nas Américas se inicia pela destruição dos conucos matriarcais. Não foi a mera substituição da “mãe” pelo “Pai”, mas a materialização do patriarca Branco genocida e a “desnaturalização” do matriarcado indígena agrobiodiverso indissociável do território. O Haiti foi amaldiçoado.

O termo “maldição corpórea” pode soar como essencialismo ou aplicação indevida do passado religioso no presente capitalista-neoliberal. Todavia, como foi demonstrado com a invenção do Humano biocêntrico, a raça é uma das últimas grandes contribuições do catolicismo apostólico romano para a racionalidade e para a racionalidade-capitalismo. A maldição, portanto, é a reprodução constante de técnicas que confirmam a população negra como “pagã do capitalismo”.

Mário Theodoro (2023) nos mostra como a “maldição corpórea” não é natural, mas naturalizada. Propositamente atualizada no presente e programada estrategicamente para garantir o futuro dos Humanos.

Essas estratégias estruturantes funcionam como *barreiras às mudanças sociais*, fazendo com que os problemas redistributivos enfrentados por outras sociedades, se mantenham como parte *natural* do cenário social. É nesse contexto que podemos dizer que a desigualdade é *histórica e permanente*. Ela resulta da trajetória das relações sociais no *passado*, mas não existe apenas como um passivo acumulado; a desigualdade, nesses caso, também decorre de um processo de *produção atual*, perene, diuturno, que mobiliza sociedade e Estado nas diversas dimensões sociais aqui já destacadas: mercado de trabalho, saúde, educação, distribuição espacial, entre outros. E as estruturas das instituições vigentes, elas mesmas resultantes da sociedade desigual, *modelam e potencializam a desigualdade futura* (Theodoro, 2023, p.337).

Uma produção histórica de desigualdade no passado, que se reproduz no presente e potencializa a desigualdade no futuro, é de fato uma maldição! Essa “desigualdade atemporal” se materializa no trabalho, na saúde, na educação e na distribuição espacial, isto é, naqueles mesmos elementos protéticos que ajudaram a produzir a Negra na travessia do Atlântico.

As técnicas racializantes são justamente aqueles temas que o brasileiro foi ensinado a não falar e a não saber, mesmo se sentir e viver, por exemplo, a fome, que sempre foi tratada por Josué de Castro como um tema proibido no Brasil e que gera vergonha, mesmo sendo um tema cotidiano na nossa realidade. A violência sexual contra crianças negras (sobretudo as meninas) (BRASIL, 2023), que esteve no centro da produção da mestiçagem enquanto identidade nacional e do projeto político brasileiro, é um tema constrangedor, silenciado e raramente racializado, assim como a fome, torna-se um “tema proibido”.

Não se enganem achando que estou caindo num essencialismo, estou dizendo que a Negra “sempre” foi tratada como Coisa/Objeto; como menos; como inferior, e que os governos locais, estaduais, internacionais e transnacionais mantém essa régua de desumanidade das pessoas Negras para mantê-las como as humanas menos humanas dentro do capitalismo global (Silva, 2019). Tudo aquilo que dizem que os robôs vão fazer no futuro, é tudo aquilo que a maior parte da população

negra brasileira fez e faz desde “sempre”: trabalhar nos empregos mais degradantes, indesejados e subservientes.

A atualização da maldição corpórea só foi/é possível graças ao mapeamento do corpo da Negra interna e externamente. Esse mapeamento é o que Silva (2022) vai chamar de “estratégia de engolfamento”. Para a autora, as estratégias de engolfamento são “conceitos científicos que explicam outras condições humanas como variações das encontradas na Europa pós-iluminista” (Silva, 2022, p. 25). Mbembe e Moura nos mostram como o corpo e os modos de vida negros foram engolfados pela Ciência e com isso, relegaram o corpo da Negra à uma maldição corpórea atemporal, eterna. Mbembe diz :

Em primeiro lugar, [o negro] serviu para designar não seres humanos como todos os outros, mas uma humanidade (sempre de novo) à parte, de um gênero particular; pessoas que, por sua aparência *física*, seus *usos e costumes* e suas *maneiras de estar no mundo*, pareciam ser o testemunho da diferença em seu estado natural — somática, afetiva, estética e imaginária (Mbembe, 2018, p.72)

O “sempre de novo” de Mbembe denuncia a atualização temporal da maldição corpórea que se materializa na aparência física (no corpo), mas também nos usos, costumes e nas maneiras de estar no mundo, ou seja, no espaço geográfico e nos objetos. Isso nos possibilita dizer que parte do que é ser Negra está materializado fora do corpo da sujeita histórica e que essa espacialização comprova a artificialidade da raça e seu status de construção-social-biologizante que se espacializa através de técnicas. Se ela é biologizante mas também se materializa fora do corpo de diferentes formas e em diferentes materiais orgânicos e inorgânicos, então a raça é uma prótese.

Moura (1988) fala sobre o “movimento de regressão tribal”, que é uma estratégia de engolfamento que materializa a raça no espaço. Os estudiosos brancos do início do século XX entendiam que quando, na escravidão, a Negra rejeitava a sua condição de Coisa e tentava retomar seus modos de vida através da agricultura em pequena escala, ela estava regredindo para os “padrões africanos” de vida. Para os africanos escravizados, a terra e a agricultura em pequena escala não eram sinônimo de atraso, era produção de existência!

Ainda, Clóvis Moura traz mais duas estratégias de engolfamento que vão nos ajudar a analisar a protetificação da raça: os níveis de convergência e divergência e os níveis de assimilação. Através destes conceitos os estudiosos da escravidão brasileira analisavam como a Negra mostrava sua adaptação à racionalidade ocidental ou sua regressão tribal ao padrões africanos no mundo espaço-tempo da escravidão. Os níveis de convergência ou divergência eram medidos,

principalmente, através da culinária e das roupas e os níveis de assimilação por meio da construção arquitetônica das casas e da música.

As roupas, a culinária, a música, as arquiteturas e até mesmo a agricultura em pequena escala como produções de existência foram proteticamente racializadas justamente por não fazerem parte do que a Negra deveria ser e querer. Tais materialidades são “não-humanos”, orgânicos e inorgânicos, de dentro e de fora do corpo, que por conta da colonização passaram a denunciar uma outra experiência de “estar no mundo” e que, ao serem essencializadas como “de Negras” pelo poder científico e colonial, merecem o mesmo destino que o corpo enegrecido: o genocídio, a destruição.

A atualização das técnicas racializantes (maldições corpóreas) essencializa os objetos (próteses) como “naturais” às Negras (próteses de raça negra) e com isso, atacam o corpo negro através da destruição, apagamento, descaso e/ou criminalização de objetos. Como exemplo temos os instrumentos de percussão criminalizados no início do século passado como forma de criminalizar as pessoas negras (lei de vadiagem), o “combate à *seca*” e o “combate às *drogas*” como “combate aos *Negros*”, o consumo de *cachaça* como justificativa para a não-inserção da Negra na sociedade democrática pós-abolição e a oferta de *sementes* envenenadas e de *alimentos ultraprocessados* por países europeus para países latino-americanos e africanos como forma de retroalimentar a economia de dependência.

Em alguns momentos a noção de prótese de raça pode parecer que “tudo é prótese” ou que “tudo é raça”, apontamento que Paul Preciado já recebeu em relação à prótese de gênero (Coelho, 2015). Mesmo nem tudo sendo prótese de raça, arrisco dizer que qualquer prótese pode ser racializada, tudo depende da “cena”, do “momento”, da materialidade presente na violência racial localizada. Se em casa uma blusa de frio é apenas uma “prótese aquecedora”, quando protetificada à um *homem negro* numa *rua* de *noite*, pode se tornar uma prótese *de raça* que faz uma mulher branca atravessar de calçada ou até mesmo uma justificativa para a violência policial. Além disso, mesmo nem tudo sendo prótese, não podemos esquecer que a concentração de produção de objetos está sob a posse do capitalismo (Brasileiro, 2021), sendo assim, talvez tais matérias (que já foram matéria-prima em outrora), são próteses de raça branca por enriquecerem o bolso de alguém e por reproduzir relações protéticas (cadeia produtiva) durante o processo de produção da mercadoria.

O mapeamento das matérias para descobrir os níveis de assimilação, convergência e divergência, denunciam que parte da experiência de ser Negra não só está no espaço, como era

identificável e tangível fora do corpo. A culinária, as roupas, a música e as construções arquitetônicas que foram engolfadas pela Ciência racista brasileira já haviam sido engolfadas anteriormente na construção social da natureza do “homem-minério”.

Ao tentar criar uma linearidade do espaço-tempo, a Ciência iluminista queria apagar as possibilidades da Negra ser reconhecida como humana a partir das “suas maneiras de estar no mundo”. Os colonialistas e a Ciência não se conformavam com a insubmissão da Negra à sua condição natural de escravizada. Ao se rebelar (fugir da prótese de raça), a Negra estava atrapalhando o curso natural do *Tempo*, do *Espaço* e da *História* (Silva, 2019). Não à toa, Clóvis Moura (1988) fala que os estudiosos entendiam que as “diferenças culturais” eram “a pedra no sapato” para a adaptação da Negra ao trabalho escravo. Essa pedra no sapato era simplesmente a subversão e luta dos africanos e afro-brasileiros contra a prótese; contra a racialização como essência.

2.3. E quando um humano não quer se deixar protetificar por outro *Humano*? Os caminhos para o desfazimento da próteses de raça

Para entender a subversão da prótese é preciso retomar à compreensão da prótese como qualquer objeto que complete a existência humana (Preciado, 2022). A prótese de gênero e de raça são os objetos subjetivados como “de homem” e de “mulher”, “de branco” e “de negro”, mas que na verdade, possuem suas próprias trajetórias de vida independente da existência dos gêneros burgueses ou das raças humanas inventadas socialmente.

Quando na colonização o *Branco* elege a *Negra* como “para sempre primitiva”, ele elege a si mesmo como “para sempre evoluído”, e tal dinâmica sempre foi materializada no espaço através da luta da *Negra* para sobreviver *contra* a raça, isto é, fugir do enegrecimento da doença, da violência sexual, do trabalho degradante, da fome, da sede e da morte, convertendo-as em formas, muitas vezes precária, de resistir e existir frente ao império do *Humano*. Embora Kant, o capitalismo industrial e hoje a “Ciência e Tecnologia” se esforcem para atualizar a mente racional como “meio-racializado-para” produzir realidade espacial inédita e sedutora, tal afirmação é constantemente desmentida pela relação das pessoas negras com a terra e consigo mesmas.

Ao mesmo tempo em que a raça enquanto prótese despotencializa as sujeitas por se passar por “natural”, é justamente a experiência racialmente protética que vai possibilitar a criação de

estratégias de sobrevivência e reformulação da própria ideia de humano fora da linearidade temporal, pois ela é uma construção social (construtivismo). Por meio das tecnologias e das experiências de vida, em conluio com as próteses, é que vai ser possível contestar a própria dominação e essencialismo protético da raça, assim como o dildo contesta o essencialismo e a dominação de gênero.

Por isso não podemos pensar que a produção de próteses de raça no espaço finda com a protetificação eterna dos objetos como essencialmente raciais, talvez, possamos vê-los como matérias que produzem, junto do corpo, “momentos efêmeros” de desfazimento da racialidade (Brasileiro, 2021). Para Brasileiro (2021) *enegrecer* não deve ser sinônimo de fuga da colonialidade, mas sim parte dela. Enegrecer significa ficar dentro do mundo da racialização, o que dificulta a compreensão e o reforço de uma categoria política de “negritude”, como fez Mbembe (2018). O que Castiel nos propõe é considerar a convivência com o racismo nas possibilidades de viver momentos de vitalidade fora da linearidade moderna-colonial do tempo e assim, desfazer a raça momentâneamente.

Nós podemos ser mais que Negros e Negras, mesmo que, neste espaçotempo, ainda sejamos Negros e Negras. É contraditório lutar contra a construção social “Negra” quando, ao mesmo tempo, convivemos com ela biologicamente. Contraditório ou não, a dinâmica é essa e se não podemos pensar na raça como algo fácil de ir embora, também não podemos pensá-la como algo fixo, estável, natural ou impossível de extinção. As experiências “enegrecidas” devem ser entendidas como experiências pedagógicas que se fundem à agência humana que possibilita a desracialização.

A prótese de raça tenta mostrar como o “natural” pode ser substituído, e nesse processo os objetos podem sofrer a racialização, mas também serem órgãos que auxiliam na descontaminação da racialidade. Quando eu digo que as Negras tentam fugir da prótese de raça é justamente por conta da produção técnica-material-subjetiva com a terra e por ela. Quais gambiarras, aparelhos velhos em desuso, talheres, madeiras, papelão, geladeira compõem a fuga da prótese? Tanto o processo de protetificação racial, quanto o processo de fuga da protetificação faz florescer um arsenal material que denuncia, muitas vezes em silêncio, um rompimento com a linearidade e, talvez, com a própria racialidade.

3. A PRÓTESES DE RAÇA E AS PRÓTESES CONTRA A RAÇA NO ASSENTAMENTO ARIZONA

Em 1996, 180 famílias saídas dos municípios de Touros e Pureza compunham, junto do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTST), a ocupação da Fazenda Zabelê, também no litoral do estado, na Zona da Mata potiguar. O território até então abandonado, deu lugar ao assentamento Arizona, dividido em três agrovilas: Paraíso, Nova Horizonte e Arizona, que carrega o nome do assentamento por ter sido o lar das 180 famílias durante o período de acampamento. O período de acampamento é a primeira etapa do processo de assentamento, que consiste na ocupação do território pelas famílias até a construção das casas e divisão dos lotes.

Os primeiros a chegarem no assentamento foram os homens, retirando o matagal e arando a terra. As mulheres, algumas delas grávidas, e as crianças chegaram depois, trazendo sementes de árvores frutíferas. Nas palavras de Tulipa: “Só tinha mato e fome!”.

A fala de Tulipa é também um registro sobre o processo histórico de desmatamento da Mata Atlântica do estado. Embora o Rio Grande do Norte tenha registrado a partir de 2018 uma diminuição no desmatamento da Mata Atlântica (3,3%) com um pequeno aumento em 2021 (1,6%) (INPE, 2026), o percentual atual do bioma no estado é de 3% do total preservado. A atividade açucareira do período colonial e a sua intensificação no século XX, não só transformou parte da biodiversidade da Zona da Mata em monocultura (Silva, 2020), como também resignou, historicamente, as áreas menos férteis para as camponesas (Palácios, 1987). A Mata Atlântica, inclusive para além da Zona da Mata, foi um dos primeiros territórios prostetificado pelo homem branco, transformando-a numa prótese de raça que gera “bençãos econômicas”. A transformação da Mata Atlântica em órgão das elites econômicas nacionais e internacionais é o que acarretou e ainda acarreta na sua exploração e ameaça constante de extinção.

Na contramão desse processo, durante o período de acampamento as mulheres plantaram mangueiras, cajueiros, limoeiros, goiabeiras, jaqueiras, mamoeiros e abacateiros. Nas palavras orgulhosas de Magnólia “tá vendo isso tudo?! Foi a gente que plantou”. A partir do momento que as mulheres se protetificaram na Zona da Mata e ali passaram a reproduzir a relação território-corpo-objeto-território, o “mato” foi substituído por outras próteses: as árvores frutíferas. O orgulho e a autodeterminação das mulheres negras agricultoras passa, necessariamente, pela reprodução da agrobiodiversidade local. Sendo assim, a naturalização delas como co-produtoras do assentamento Arizona, impacta naturalmente na revitalização da Mata Atlântica da Zona da Mata potiguar. Isso é o que costumamos chamar de “modo de vida tradicional”. Inclusive, as estatísticas

sobre a estabilidade do desmatamento na Zona da Mata poderia incluir a contribuição das mulheres negras assentadas que constroem suas experiências de vida baseadas na defesa do bioma Mata Atlântica.

No Arizona, o espaçotempo do acampamento se chama “tempo das barracas”. A barraca é um dos primeiros objetos protéticos da comunidade, cuja relevância aparece na sua transfiguração em marco temporal da comunidade. Embora o tempo das barracas seja rememorado como o momento de mais dificuldade das famílias, cujo teto era uma lona, a geladeira era uma bolsa e o armário um buraco no chão, é consenso entre os homens e as mulheres que eram adultos no tempo das barracas a saudade daquele tempo, não pelas dificuldades, mas pela união e solidariedade cotidiana entre as 180 famílias. A propriedade privada, uma das principais e mais antigas próteses de raça branca e a individualidade privatista, uma das características centrais dos *Humanos*, não faz sentido para as famílias.

Após a divisão das agrovilas, dos terrenos e dos lotes, as mulheres da agrovila Arizona construíram em co-produção com a Associação de Apoio às Comunidades do Campo - AACCC, uma horta comunitária que durou em torno de 2 anos, depois desse tempo algumas agricultoras se aposentaram e outras adoeceram, restando apenas Magnólia no cultivo da horta no lote. Após os sucessos e as derrotas com a horta comunitária, cada mulher passou a cultivar no seu próprio quintal.

O cotidiano (a experiência vivida) das mulheres negras do assentamento Arizona mostra que ele materializa na sua arquitetura e produção agrícola uma outra forma de “estar no mundo” que não é independente das dificuldades e desgostos (maldições corpóreas) do dia a dia: (1) a cozinha construída no quintal, que é mais valorizada que a de dentro de casa, (2) as pias para lavar louça no quintal enquanto riem, conversam e se alimentam, (3) as calhas para reaproveitamento das águas da chuva e (4) as geladeiras-reservatório-de-água para armazenar água em longos períodos de estiagem.

A cozinha e a pia construídas no quintal de 6 das 10 casas que conheci é onde se produz a comida lentamente, afetivamente e para a família e a comunidade, enquanto a cozinha de dentro, onde está o fogão elétrico, é onde acontecem os preparos em momentos de pressa e encurtamento do tempo. Além da predileção pela cozinha do quintal, a demanda cotidiana das mulheres negras extrapola o tamanho da casa padrão dos assentamentos rurais brasileiros, por isso elas estendem a cozinha para o quintal. A “cozinha moderna” atua como prótese de raça branca: uma materialidade naturalizada como “normal”, todavia os modos de vida das mulheres negras agricultoras combate

essa pseudo naturalização. É na cozinha do quintal que se concretiza a superação da fome, o preparo medicinal das folhas de goiaba e sementes de leucena e o abatimento de galinhas e porcos para alimentação da família e partilha com as vizinhas. A cozinha construída no quintal pelas mulheres, seus filhos e/ou maridos, é a extensão da potencialidade das assentadas negras no assentamento Arizona.

Não é mera coincidência que a cozinha seja instalada no quintal, pois ele é uma parte indispensável da casa das famílias e não é menos importante por ser externo, pelo contrário, as mulheres preferem passar o dia no roçado e no quintal do que dentro de casa. A literatura da agroecologia ressalta que o quintal produtivo tem um aspecto “terapêutico”. No Arizona esta dimensão está relacionada à *fuga* das mulheres da violência doméstica (maldição corpórea) e/ou *fuga* das lembranças que ainda doem, para elas: “ficar dentro de casa não faz bem pro juízo”.

Ao passo que a cozinha foi criada para suprir necessidades históricas e desafios cotidianos que as pessoas Negras conhecem desde a escravidão (as maldições corpóreas), como a fome, a limitação arquitetônica de suas casas e a violência doméstica silenciosa, será que a cozinha não se apresenta como uma prótese materializada no quintal capaz de produzir momentos efêmeros de desracialização? As risadas ao cozinhar, a felicidade de comer o que deseja, a cumplicidade e os afetos com os filhos na produção arquitetônica da cozinha e a própria predileção pela cozinha de fora são um conjunto de produções psicofísicas e materiais que extrapolam os limites colocados pela racialização?

A Emater é o órgão responsável por oferecer assistência técnica às famílias rurais assentadas para lidar com o manejo da terra e as especificidades da Zona da Mata potiguar, que mesmo sendo uma região litorânea, é incluída nas políticas de convivência com o semiárido por ter longos períodos de estiagem que lhe aproxima das demandas da Caatinga. À tempos a assistência não é vista no assentamento. A bomba do poço que viabiliza o acesso à água para as mulheres não estava fazendo pressão suficiente para fazer a água subir para a superfície, mas a conta de água não deixou de ser cobrada e com valor muito acima do que as famílias conseguiriam pagar. A bomba não estava levando água para as famílias, mas o relógio que calcula o consumo da água estava rodando normalmente! Violeta ainda me disse que “eu fico sem beber água, mas não pago essa conta!”. A solução encontrada pelas mulheres negras foi a criação de calhas para levar a água da chuva para as cisternas e para as geladeiras-reservatórios-de-água. Tanto a calha quanto as geladeiras são estratégias para fugir do risco de passar sede, perder a produção do quintal, ficar sem comer, sem plantar e se

resguardar para os períodos de estiagem. As calhas e as geladeiras se tornaram próteses que materializam a fuga das maldições corpóreas através da criatividade técnica.

Tanto para Magnólia, ancestralidade viva do Arizona, quanto para outras agricultoras negras do assentamento, principalmente as idosas, algumas próteses de raça branca naturalizadas como “normais” se parecem mais com maldições: a produção alimentar de larga escala e as sementes transgênicas. Comprar um alimento sem saber de onde ele veio é considerado um perigo para as mulheres e também para as suas famílias, já que elas muitas vezes são responsáveis pela alimentação e cuidado da saúde das netas e netos, dos filhos e filhas e dos maridos. Elas querem comer e oferecer para suas famílias alimentos que elas mesmas produziram ou que sabem de onde vem ou quem plantou.

As agricultoras relatam que as sementes transgênicas falham e, quando “funcionam”, prejudicam a fertilidade da terra, assim como os *Humanos* que as inventaram. Em nossas conversas, Girassol e Magnólia tinham vergonha de me olhar nos olhos enquanto relatavam que foram obrigadas a usar sementes transgênicas nas suas hortas por não terem dinheiro para comprar sementes orgânicas. Entretanto, elas não perdiam a oportunidade de falar da tristeza e do ódio que sentiam ao ter que cultivar essas sementes. Por outra via, Girassol me mostrou com muita felicidade e zelo um punhado de sementes crioulas que guarda desde 2005. As sementes crioulas são sementes “naturais”, livres de conservantes modernos mas que passam por modificações genéticas através da adaptação ambiental feita por camponeses de diferentes sociedades ao longo da história da espécie humana.

No caso brasileiro, a maior parte das sementes crioulas está sob guarda de agricultoras da região Nordeste (Moura et al., 2023), a primeira e mais promissora colônia brasileira e onde, historicamente, a agricultura familiar é majoritariamente negra em todos os estados (IBGE, 2020). A semente crioula é a prótese desejável, é aquele elemento “de fora do corpo” que as mulheres lutam para naturalizar como “órgão”; como prótese. A predileção e o afeto pelas sementes crioulas e a plantação e consumo de sementes transgênicas por empobrecimento econômico, corrupção municipal ou silenciamento das pautas das mulheres no sindicato rural, provam que para o “normal moderno” se estabelecer é preciso uma sequência de maldições corpóreas.

Outra matéria que tenta se tornar “normal” na paisagem potiguar são os parques eólicos de energia renovável. A partir de 2014 os ventos do litoral brasileiro e dos sertões nordestinos começaram a chamar a atenção dos *Humanos*, tanto a nível nacional quanto à nível internacional

(Rozendo et al., 2014). Hoje o Rio Grande do Norte é o estado que possui os maiores parques eólicos e o estado brasileiro que mais produz energia eólica (Silva, 2022). Embora não haja parques eólicos no assentamento Arizona, nos anos de 2018 e 2019 alguns *Humanos* representantes de empresas eólicas foram no assentamento tentar convencer os homens do assentamento à venderem seus lotes para a indústria eólica. A ameaça constante de expropriação junto dos relatos de mulheres das comunidades vizinhas sobre os malefícios que os parques eólicos trazem para a saúde humana e para os animais, transformam o parque num opressor em potencial.

A reação psicofísica do medo, da vergonha, do ódio, da angústia e do estranhamento que compõem aquilo que chamamos de “racismo” (Wynter, 2001) é a reação que as sementes transgênicas e os parques eólicos causam nas assentadas reforma agrária. Tais matérias não estão livres de subjetividades racializadas, já que elas são formas protéticas dos homens e mulheres brancas no espaço para lucrarem sem precisar sair da cama, assim como eram os navios negreiros, as plantations e os trens Maria-fumaça. Por que o Ignacio Sánchez Galán, presidente executivo da Iberdrola (empresa que administra os parques eólicos instalados no Nordeste brasileiro) não vai nos assentamentos rurais da Zona da Mata e do Sertão agir como um senhor de engenho? Porque ele tem sua prótese que já faz isso por ele: os parques eólicos. sementes transgênicas denuncia que esses alimentos se tornaram próteses de raça. Por que João Campos, presidente da Seara, vai queimar hortas familiares como fizeram os holandeses com o Quilombo dos Palmares no século XVII se a mortadela como prótese de raça negra pode fazer isso por ele, ausentando-o da acusação de racismo? Afinal, “é só uma comida”...

O que fazer quando seu órgão é um alimento produzido para te aniquilar lentamente?

Embora para os capitalistas e para parte dos acadêmicos tais matérias produzam “desenvolvimento econômico”, para as assentadas negras do Arizona elas são objetos que ameaçam seus modos de vida. Mesmo que tais matérias não venham com um selo escrito “CUIDADO, MATÉRIA BRANCA” e nem sejam racializadas pelas próprias assentadas, o agenciamento racializante delas se denuncia através do adoecimento, da migração forçada, das emoções sentidas, do sumiço dos pássaros e das abelhas da Zona da Mata, da sede e da fome que elas causam, tanto no corpo, quanto no território.

Quando as próteses de raça do Arizona são transfiguradas em “próteses”, contribuem para a maximização da produção alimentar das famílias (geladeiras-reservatórios, pias e calhas) e para a garantia mínima da segurança alimentar e nutricional (cozinhas, quintais, sementes crioulas),

possibilitando mudanças na autoimagem e na autoestima das mulheres negras, o que impacta também no engajamento delas para lutas políticas em defesa do assentamento. Ao que parece, a violência racial no Arizona é combatida e desmascarada através da relação com a terra e não necessariamente através de um discurso abertamente racial.

Em resumo: a prótese de raça almeja identificar processos de naturalização e desnaturalização da raça no território e identificar a insubmissão negra em contextos onde não se fala de raça ou de racismo com frequência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inventividade técnica das mulheres negras do assentamento Arizona mostram que na luta cotidiana pela vida, as mesmas técnicas que amaldiçoam as Negras secularmente, podem ser transfiguradas pelas próprias Negras, assim, subvertendo a migração em fuga através da protetificação das semenetes de árvores frutíferas; a sede e a fome em farturas através da protetificação de geladeiras-reservatório-de-água, calhas para chuva e quintais produtivos; e a falta de individualidade em comunidade e solidariedade entre as mulheres, sobretudo das idosas, por meio da produção alimentar no quintal.

As próteses, por serem matérias exteriores ao corpo que completam nossa existência territorial, sempre irão existir, com ou sem a raça, e a luta das mulheres da Zona da Mata potiguar parece correr na direção de possuir próteses e assegurar que elas não sejam ameaçadas ou identificadas como próteses de raça, porque aí sim serão o foco de extermínio.

A prótese visa dialogar com a homogeneidade da categoria “agricultor familiar” e “assentado de reforma agrária” que reproduz a racialidade no interior de sua “transparência semântica”. Por mais que nos últimos anos têm se reconhecido no campo acadêmico e das políticas públicas a heterogeneidade que compõem tal categoria, muitas vezes a questão racial é abafada ou desviada para os quilombos, mantendo o debate racial adormecido quando se trata de assentamentos rurais, mesmo aqueles estudos que explanam dados estatísticos que comprovam a maioria negra nos assentamentos brasileiros.

Como a relação protética pode ser captada pela política brasileira de assentamentos rurais? Como potencializar, decodificar ou reconstruir a política de assentamentos rurais levando em consideração as diversas formas biopsicossociais de experienciar a existência humana e produzir objetos e territórios, inclusive, nos assentamentos rurais?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria de Vigilância em Saúde. Notificações de violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2015 a 2021. Boletim Epidemiológico, v. 54, n. 8, p. 1-15, 2023.

BRASILEIRO, C. V. *Tornar-se imensurável: o mito negro brasileiro e as estéticas macumbeiras na clínica da efemeridade*. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24708>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser como fundamento do ser*. São Paulo: Cia das Letras, 2023.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10. ed. Rio de Janeiro: Antares: Achiaminé, 1984.

COELHO, B. M. Manifesto autocobaia - notas sobre o corpo em Preciado. In. Liminaridade, v. 1, n. Coletivo Cartográfico, 2015.

COLBARI, A. A análise de conteúdo e a pesquisa empírica qualitativa. In: SOUZA, Eloísio Moulin. *Metodologias e analíticas qualitativas em pesquisa organizacional: uma abordagem teórico-conceitual*. Vitória: EDUFES, 2014. p. 241-272.

DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. *Mulheres, cultura e política*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

DU BOIS, W. E. B. *As almas do povo negro*. São Paulo: Veneta, 2021.

FEDERICI, S. *O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. São Paulo: Elefante, 2017.

FERDINAND, M. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

GONZALEZ, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro : IBGE, 2020. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/>. Acesso em: 30 jun. 2026.

INPE - INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (). PRODES (Desmatamento). Plataforma Terrabrasilis – PRODES (Desmatamento). Disponível em:

https://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/mata_atlantica/increments.

Acesso em: 30 jun. 2026.

KANT, I. *Crítica da razão pura*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KILOMBA, Grada. *Memórias do plantação: episódios do racismo cotidiano*. São Paulo: Revista USP. 2010.

MARX, Karl. *O Capital. Livro 1*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MBEMBE, A. *Crítica da Razão Negra*. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MOURA, C. *Rebeliões da Senzala*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MOURA, J. T. V.; BEZERRA, A. G. C.; ROZENDO, C. Escalando tradições e articulações entre Estado e sociedade na elaboração do Programa Estadual de Sementes Crioulas do Rio Grande do Norte. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 38, n. 1, jan./abr. 2023.

NASCIMENTO, A. *O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado*. 1. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

OKLAY, E. Quintais domésticos: uma responsabilidade cultural. *Agriculturas*, 2004, 1(1), 37-39.

PALACIOS, Guillermo. Campesinato e escravidão: uma proposta de periodização para a história dos cultivadores pobres livres no Nordeste Oriental do Brasil. C. 1700-1875. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, v. 30, n. 3, 1987. Disponível em: <https://dados.iesp.uerj.br/es/artigos/?id=347>. Acesso em: 19 jun. de 2026.

PRECIADO, P. B. *Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

ROZENDO, C.; FERRAZ, E; BASTOS, F. Que bons ventos o trazem? A investida das usinas eólicas e a reconfiguração dos territórios rurais no Estado do Rio Grande do Norte: desafios e perspectivas. In: Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 38., 2014, Caxambú. Anais [S/L], 2014. [S/P].

SPELLERS, H. Bebê da mãe, talvez do papai: uma gramática estadunidense. In: BARZAGHI, Clara; ARIAS, André; PATERNIANI, Stella Z. (org.). *Pensamento negro radical*. São Paulo: Crocodilo; n-1 edições, 2021, p. 28-66.

SANTOS, A. B. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SILVA, A. P. *Cartografia histórica da vegetação do Rio Grande do Norte: análise documental e geoespacial para a gestão do território (século XX)*. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/29167>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SILVA, D. F. *A dívida impagável*. São Paulo: Forma Certa, 2019.

SILVA, D. F. *Homo Modernus. Para uma ideia global da raça*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2022.

SILVA, Maria Regina Farias da; SILVA, César Augusto Ferreira da. Introdução. In: SILVA, Maria Regina Ferreira da; SILVA, Carlos Aldemir Farias da (ed.). *Quintais agroecológicos: tradição, cultivo e conhecimento*. São Paulo: Livraria da Física, 2022. p. 15-20.

SILVA, R. A. (2022) *Geração eólico-elétrica e vulnerabilidade social na região Mato Grande, Rio Grande do Norte*. 2022. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/49720>. Acesso em: 30 jun. 2026.

SODRÉ, Muniz. *Pensar Nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017.

THEODORO, M. Juntando as partes: As bases gerais da sociedade desigual. In: *A sociedade desigual. Racismo e Branquitude na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 2022, p. 323-361.

WYNTER, Sylvia. “Towards the Sociogenic Principle: Fanon, Identity, the Puzzle of Conscious Experience, and What It Is Like to Be ‘Black’”. In: Mercedes Duran-Cogan & Antonio Gomez- Moriana (eds.), *National Identities and Sociopolitical Changes in Latin America*. New York: Routledge, 2001, p. 30-66.

WYNTER, Sylvia. Unsettling the Coloniality of Being/Power/Truth/Freedom: Towards the Human, After Man, Its Over-Representation--An Argument. **CR: The New Centennial Review**, Michigan, v. 3, n. 3, p. 257-337, Fall 2003.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA:

Parte do conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi disponibilizado em: [<https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60064>](https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/60064) e pode ser acessado em [<https://doi.org/10.36920/qwrqh714>](https://doi.org/10.36920/qwrqh714).

FINANCIAMENTO: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES).

CONTRIBUIÇÃO DAS/DOS AUTORES/AS: **Murilo de Oliveira Carvalho:** Conceituação, Metodologia, Investigação, Redação - Rascunho Original. **Camila Penna de Castro:** Validação, Revisão e Edição, Supervisão, Administração do projeto.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE: As/os autoras/es declaram que não há conflito de interesses a mencionar (quando isso se aplicar).

DECLARAÇÃO DE USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: Não houve utilização de ferramentas de Inteligência Artificial.

MINIBIOGRAFIAS DOS/DAS AUTORAS DO PAPER:

Murilo de Oliveira Carvalho: Licenciado e mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Camila Penna de Castro: Professora Adjunta de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutora em Sociologia (UnB. Membro permanente dos programas de pós-graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) e em Políticas Públicas (PPGPP/UFRGS).

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.